

# REFLEXÕES SEMIÓTICAS SOBRE AS RESPONSABILIDADES NA PANDEMIA DA COVID-19

REFLEXIONES SEMIÓTICAS ACERCA DE LAS RESPONSABILIDADES EN LA PANDEMIA DE  
COVID-19

SEMIOTIC REFLECTIONS ON RESPONSABILITIES IN THE COVID-19 PANDEMIC

**Oriana de Nadai Fulaneti\***

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: Com o advento da Covid-19, o ano de 2020 foi marcado por um conjunto de crises que nos levam à seguinte questão: qual é a minha responsabilidade nisso tudo? Nesse contexto, o presente artigo consiste na análise de algumas campanhas de prevenção à Covid-19 produzidas e veiculadas em 2020 no Brasil, tendo como objetivo investigar a concepção de responsabilidade presente nos textos estudados. Para o desenvolvimento das análises, tomamos como ponto de partida as categorias de responsabilidade propostas pelo filósofo francês Frédéric Gros (2018) e verificamos suas formas de manifestação semiótica, tendo como base a teoria semiótica francesa em suas abordagens greimasiana e tensiva. Considerando o responsável como “aquele que responde por”, nossa investigação recai sobre o *sujeito* e o espectro pelo qual ele responde. Resultados indicam que as campanhas apresentam gradações distintas de responsabilidade, as quais associam-se diretamente à visão de organização da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade. Semiótica Francesa. Covid-19. Campanhas de prevenção.

RESUMEN: Con la llegada del Covid-19, el año 2020 estuvo marcado por un conjunto de crisis que nos llevan a la siguiente cuestión: ¿cuál es mi responsabilidad en todo esto? En este contexto, el presente artículo consiste en el análisis de algunas campañas para prevenir el Covid-19 producidas y vehiculizadas en 2020 en Brasil, con el objetivo de investigar la concepción de responsabilidad presente en los textos estudiados. Para el desarrollo del análisis, tomamos como punto de partida las categorías de responsabilidad propuestas por el filósofo francés Frédéric Gros (2018) y verificamos sus formas de manifestación semiótica, basándonos en la teoría semiótica francesa en sus enfoques greimasiano y tensivo. Considerando al responsable como “el que responde por”, nuestra

---

\* É professora Adjunta de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Federal da Paraíba e membro do Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma universidade. E-mail: [od.fulaneti@uol.com.br](mailto:od.fulaneti@uol.com.br).

investigación recae sobre el *sujeto* y el espectro por el que responde. Los resultados señalan que las campañas presentan diferentes gradaciones de responsabilidad, las cuales están directamente asociadas con la visión de organización de la sociedad.

PALABRAS CLAVE: Responsabilidad. Semiótica Francesa. Covid-19. Campañas de prevención.

ABSTRACT: With the advent of Covid-19, the year 2020 was marked by a series of crises, before which we ask ourselves the question: what is my responsibility in all this? In this context, this article consists on the analysis of some Covid-19 prevention campaigns produced and broadcast in 2020 in Brazil, with the objective of investigating the concept of responsibility present in the texts studied. For the development of the analysis, we take as a starting point the categories of responsibility proposed by the French philosopher Frédéric Gros (2018) and verify their forms of semiotic manifestation, based on the French semiotic theory in its greimasian and tensive approach. Considering the responsible as "he who answers for", our investigation falls on the subject and the spectrum for which it answers. Results indicate that the campaigns present gradations of responsibility, which are directly associated with the vision of social composition.

KEYWORDS: Responsibility. French Semiotics. Covid-19. Prevention campaigns.

## 1 INTRODUÇÃO

“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” Essa foi a resposta dada pelo presidente do Brasil a uma jornalista que comentara o fato de o país ter ultrapassado a barreira dos cinco mil mortos vítimas do coronavírus em 28 de abril de 2020. Hoje, janeiro de 2021, são mais de duzentas mil mortes. Diante do acontecimento e de toda a situação desencadeada pela pandemia, possivelmente todos já se perguntaram: e daí? O que eu posso/devo fazer?

Nossa contribuição para as reflexões sobre a (des)obediência e a insurgência tem um foco aparentemente transversal: a responsabilidade. Quando e até que ponto é responsável obedecer ou desobedecer? No contexto das crises desencadeadas com o advento da Covid-19 – sanitária, econômica, social e, no caso do Brasil, também política, este artigo volta-se para as manifestações discursivas da(s) responsabilidade(s).

Fechando um pouco mais a nossa trilha, analisamos algumas campanhas de prevenção ao coronavírus que circularam no Brasil ao longo de 2020, tendo como objetivo depreender a concepção de responsabilidade presente nos textos estudados, o que nos traz também muitas informações sobre a percepção do modo de organização e funcionamento de nossa sociedade, uma vez que o discurso não é simplesmente uma forma de retratar a realidade, mas parte da ideologia e do poder que estão cotidianamente em disputa.

A base teórica utilizada para a realização das análises é a semiótica francesa. Para abordarmos o conceito de responsabilidade, apoiamos-nos sobretudo nos trabalhos do filósofo Frédéric Gros (2018). Na sequência desta breve introdução, estabelecemos um diálogo entre a pesquisa de Gros e a semiótica discursiva, buscando verificar o funcionamento semiótico dos conceitos propostos pelo autor. Na terceira seção, realizamos a análise de quatro cartazes de campanhas de prevenção à Covid-19. Por fim, apresentamos as conclusões, procurando explicitar as relações encontradas entre discurso, responsabilidade e obediência.

## 2 SEMIÓTICA E RESPONSABILIDADE

No capítulo *A responsabilidade sem limites*, Frédéric Gros (2018) disserta sobre diferentes aspectos da responsabilidade. Inicialmente, o filósofo francês menciona *o responsável*, que seria uma espécie de dirigente ou representante, aquele sujeito escolhido para responder pelo grupo. Esse sujeito, nas palavras do autor, “toma iniciativas, arbitra, aceita os compromissos, antecipa as consequências, busca acordos, equilíbrios, manipula as paixões e as imagens” (GROS, 2018, p. 186).

A Semiótica francesa, teoria idealizada por Greimas a partir da década de sessenta do século XX, considera o sentido sob uma perspectiva gerativa e, portanto, sua metodologia prevê a realização da análise em patamares, que vão do “mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto” (GREIMAS, COURTÈS, 2011, p. 232). Três são os níveis de análise – o fundamental, o narrativo e o discursivo. No primeiro, tem-se uma oposição semântica de base que permeia todo o sentido do texto. No caso, poderíamos pensar em /responsabilidade/ vs. /irresponsabilidade/.

No nível narrativo surgem *funções actanciais* que representam o simulacro do fazer do homem no mundo: sujeito, objeto, destinador e destinatário. Prosseguindo no exemplo do responsável, este opera ora como *destinador*, quando procura convencer os *destinatários* a agirem conforme sua proposta; ora como *sujeito*, quando realiza as ações em busca dos (objetos)valores pretendidos. Geralmente, espera-se do “responsável”, escolhido pelo grupo, que ele se dedique à construção de acordos e realização de ações que visem ao bem coletivo.

Os programas narrativos, ou seja, as ações de transformação dos sujeitos, preveem também narrativas polêmicas. Assim, ao destinador opõe-se o antidestinador; ao sujeito, o antissujeito. Desse modo, se estivermos analisando a narrativa da responsabilidade, teremos como polêmicos os actantes da irresponsabilidade, os quais impõem obstáculos que dificultam a narrativa de alcançar o seu valor pretendido, no caso, o bem comum.

Por fim, no nível discursivo, “[...] os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação que os converte em discurso” (FIORIN, 2014, p.56). Tal conversão ocorre por meio das projeções das categorias de pessoa, tempo e espaço, e dos revestimentos de temas e figuras. Por exemplo, no material estudado neste artigo temos a predominância do tempo presente, do tema da saúde etc.

Voltando à obra de Gros, o filósofo francês opta por dissertar sobre o que chama de *responsabilidade sem limites*, aquela que não se restringe aos governantes, os dirigentes ou aos responsáveis jurídicos, mas diz respeito a *cada um* dos indivíduos e abrange *todos*. No intuito de contemplar a complexidade do assunto, o autor propõe quatro categorias de responsabilidade sem limites: integral, infinita, absoluta e global.

A primeira corresponde ao sujeito responder pelos próprios atos, uma resposta que se dá a “Deus”, à própria consciência ou à sociedade, uma espécie de prestação de contas. A *responsabilidade integral* relaciona semioticamente um *sujeito* a um *objeto*, um destinador de si que planeja um ato, realiza-o e responde por ele. Trata-se de uma abordagem predominantemente terminativa, envolvendo a sanção das próprias ações. Responsabilidade, nesse caso, associa-se às modalidades do *querer e/ou do dever* e principalmente ao grande *destinador julgador* a quem se prestará contas no final. Observa-se que a responsabilidade integral remete à *ideologia* no sentido de sistema axiológico, o conjunto de valores que guia a conduta do sujeito, fazendo com que ele durma com a consciência tranquila (quem é o meu grande destinador? A quem eu prestarei contas?). A decisão aqui parece relativamente simples, pois cabe ao sujeito, com base em seus valores, decidir se quer ou não se proteger do vírus.

No caso da responsabilidade integral, o seu oposto, o irresponsável, é aquele regido pelo programa polêmico, que responde por valores contrários. Por exemplo, para o grupo que considera fundamental o bem de todos, os irresponsáveis serão os individualistas, voltados apenas para o próprio bem.

Uma segunda categoria de responsabilidade apresentada pelo filósofo é a *infinita*, aquela que temos pelos mais frágeis, acarretando, assim, uma inversão de papéis: “o outro a partir de seu sofrimento mudo, o outro em sua fragilidade, o outro carente, desarmado, é ele quem me comanda. Ele me chama, me intima” (GROS, 2018, p. 189). Comparada à anterior, aqui a relação se complexifica porque, por um lado, será preciso inicialmente o sujeito se ver e se sentir mais forte que o outro e, além disso, querer/crer dever cuidar do mais frágil; por outro lado, este precisará aceitar/querer ser cuidado. Tem-se, portanto, uma relação no mínimo intersubjetiva que estabelece uma espécie de contrato de proteção. A irresponsabilidade, nesse caso, corresponde à não proteção do mais frágil, fundada na crença do não dever protegê-lo.

O terceiro tipo de responsabilidade encaixa-se perfeitamente ao momento que estamos vivendo: a *responsabilidade absoluta* corresponde ao sentido que se dá aos acontecimentos. Mais uma vez, retomo as palavras do estudioso francês:

[...] o que depende absolutamente da minha responsabilidade é o sentido que darei ao que me ocorre. Como vou qualificar os acidentes da existência, que nome lhes dar? Infortúnio imenso ou pécadilho, provação de minha energia ou drama atroz, rasgo minúsculo no imenso tecido das vicissitudes humanas, fatalidade superior, injustiça indigna ou ocasião dada à minha coragem, minha constância? Eu absolutamente que decido. (GROS, 2018, p.188)

Após a fase inicial em que desenvolve os estudos de narratividade focados nas transformações do sujeito do fazer, a Semiótica Francesa passou a se dedicar ao sujeito de estado e à afetividade. No século XXI, a perspectiva tensiva volta-se para as percepções de um sujeito que sente, instaurando a regência do sensível na constituição do sentido. Dessa forma, o acontecimento e suas consequências tornam-se assuntos de interesse para a teoria. De acordo com Zilberberg (2011), fundador da Semiótica Tensiva, o acontecimento é algo impactante que toma o sujeito de surpresa, deixando-o imediatamente sem reação:

Dito de modo familiar: *quando a coisa acontece, já é tarde demais!* O acontecimento não pode ser *apreendido* senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo. Mas nada nem ninguém conseguiria impedir que o tempo retome seu curso e que o acontecimento entre pouco a pouco nas vias da potencialização [...] (ZILBERBERG, 2011, p. 169, grifo do autor)

Ainda segundo o semioticista francês, o acontecimento deve ser concebido como a “realização do irrealizável”, sua modalidade de operação seria, portanto, *concessiva*. O contrário do acontecimento é o *exercício*, o rotineiro, esperado, que opera na lógica *implicativa*. Assim, enquanto o exercício une sintaticamente por meio do *logo*, do *portanto*, o acontecimento estabelece a relação através do *embora*, do *entretanto*, como nos explica o autor: “[...] o acontecimento dá como certa a modalidade concessiva que instaura um dado programa como irrealizável e um contraprograma que, no entanto, levou a cabo sua realização: ‘não era possível fazer isso e no entanto ele o fez!’” (ZILBERBERG, 2011, p. 177).

O acontecimento é sempre concessivo, ele tira a razão e, para voltar à ação, é necessário que o sujeito recobre o sentido e retome (ou refaça) sua narrativa. Entretanto, nem todos têm a mesma velocidade de *atenuação* do impacto. Muitos permanecem paralisados por um longo tempo.

Semioticamente, a responsabilidade absoluta representa o programa narrativo construído após o acontecimento, uma incoatividade decorrente de uma terminatividade. Ela ocorre quando o sujeito, após uma experiência impactante, de imersão na falta de sentido, volta a se tornar o sujeito da espera e retoma o planejamento por meio de estratégias. A irresponsabilidade, nesse caso, seria construir uma narrativa que amenizasse ao máximo o impacto do evento, procurando negar o seu caráter de acontecimento e apresentá-lo como uma atividade banal, rotineira, um *exercício*.

Por fim, a última categoria proposta por Gros, a *responsabilidade global*, refere-se à nossa parte de responsabilidade sobre tudo o que ocorre fora do alcance dos nossos olhos, inclusive as injustiças. Ela trata da visão que o indivíduo tem sobre o todo da humanidade, se um conjunto de semelhantes ou de diferentes. Semioticamente, a responsabilidade global remete à virtualização, ao *querer* e/ou principalmente ao *dever* que instaura o *sujeito* e o leva à *ação*, o que está intimamente associado a seu conjunto de valores. Irresponsável aqui é negar que determinados acontecimentos lhe dizem respeito e crer dever responder apenas por uma ínfima e estrita parte.

Para Gros (2018), a responsabilidade produz subjetivação pois faz com que cada indivíduo se torne único, imprescindível, *indelegável*. As responsabilidades integral, infinita, absoluta e global afetam todos, tornando-os sujeitos. Nesse sentido, a responsabilidade pode ser considerada um fardo podendo, por isso, provocar desvios e subterfúgios, fazendo crescer a tendência a minimizarmos a importância de nossas ações: “[...] se somos todos responsáveis, quer dizer talvez que eu sou um pouco menos responsável que todos os outros, ou melhor que sou tanto menos responsável na medida em que dividimos em vários a responsabilidade. Minha parte é forçosamente limitada.” (GROS, 2018, p. 194).

Apegados a essa justificativa, muitos estão se isentando totalmente de suas responsabilidades perante a Pandemia da Covid-19, como veremos mais adiante; outros, por sua vez, não cumprem totalmente os protocolos de prevenção e dão suas escapadas: “só uma voltinha, só um pouquinho, afinal, comigo não vai acontecer, seria muito azar...”.

Feita a apresentação sobre a responsabilidade e seu modo de funcionamento semiótico, passaremos à exposição da análise na próxima seção.

### 3 CAMPANHAS DE PREVENÇÃO À COVID-19: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

Nosso objeto de estudos é composto por campanhas de prevenção à Covid-19 veiculadas sobretudo por instituições públicas. Após um estudo prévio, selecionamos quatro campanhas consideradas significativas para ilustrar a gradação de sentido de responsabilidade presente nesses textos, os quais constituem o *corpus* deste trabalho.

Antes de passarmos à análise, vale enfatizar que as campanhas, de modo geral, são feitas com o objetivo de estimular o engajamento da população nas ações de prevenção e combate ao coronavírus e, portanto, em maior ou menor grau, convocam o sujeito à responsabilidade.

A pandemia é um acontecimento que nos impõe uma *responsabilidade absoluta*. E daí, o que fazer? Na maior parte das vezes os acontecimentos mexem com os valores dos sujeitos e, desse modo, os objetos e as crenças podem se desestruturar. Aí surgem depressões, surtos, suicídios, muitos suicídios.

Observam-se variadas narrativas decorrentes da responsabilidade absoluta. Em alguns casos, o acontecimento é tratado como uma vontade divina, um evento sobre o qual não podemos nem devemos interferir: “alguns morrerão no caminho, mas essa é a lei da natureza, temos que aceitar”. Tal perspectiva pode ser verificada no pronunciamento feito pelo presidente à nação em 24/03/2020:

Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha, de um resfriadinho.

Zilberberg, juntamente com Fontanille, discorrendo sobre os valores produzidos no discurso, engendram os conceitos de *valores de absoluto* e de *universo*. Os primeiros resultam de operações de triagem, as quais visam o máximo de seleção, enquanto os valores de universo são resultados de operações de mistura. Ao longo da exposição sobre o funcionamento dessas operações, os autores afirmam: “identificamos a exclusão-concentração, regida pela triagem, e a participação-expansão, regida pela mistura, como as duas principais direções capazes de ordenar os sistemas de valores” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 49).

A lógica da “seleção natural dos mais fortes” vai completamente *de encontro* à responsabilidade infinita, aquela que temos (ou deveríamos ter) com os mais frágeis. Além de banalizar o caráter ofensivo da doença, tratando-a como uma *gripezinha*, frequentemente o chefe da nação diz que 70% da população será infectada e nada pode/deve ser feito. Com essas afirmações, o presidente nega a existência do acontecimento, impedindo a construção de estratégias de solução para seus estragos. Age, assim, no modo da irresponsabilidade absoluta.

As operações de triagem estiveram presentes também em situações concernentes à adesão ao pacto social de prevenção e combate ao coronavírus. Inúmeras cenas foram registradas e divulgadas nas redes sociais, no seio das quais destacamos o seguinte texto: *Cidadão não. Engenheiro civil, formado, melhor do que você*. Essa foi a resposta dada pela esposa de um indivíduo que, sem máscara, havia sido repreendido por um fiscal sanitário em uma região de bares do Rio de Janeiro no mês de julho de 2020. Muitos sujeitos não aceitam serem vistos de modo indistinto, como um cidadão qualquer, um entre outros, eles querem receber distintivos - o engenheiro no Rio, o desembargador em Santos, o doutor x e etc., como se isso os isentasse da responsabilidade coletiva. Sentindo-se distintos, desprezam a maioria da humanidade – agem com irresponsabilidade global.

A dificuldade maior da pandemia está no fato de o acontecimento ser global. Não se trata de um acidente doméstico, de um surto, de uma epidemia, mas de uma pan-demia. Uma intensidade que ocupa um vasto território. Dessa forma, a responsabilidade não é apenas individual, ela é coletiva. É preciso criar um pacto social no qual cada um incorpore a responsabilidade não apenas por si, mas por todos.

A questão central parece recair sobre a visão de *todos*, o espectro da responsabilidade global que, como já dito, depende do sistema de valores do sujeito. Se me vejo em um conjunto de semelhantes, minha tendência é responder por um grupo amplo, no limite, a humanidade. Por outro lado, se enfatizo as diferenças, provavelmente respondo apenas por aquilo que considero importante. Algumas campanhas de prevenção e combate ao coronavírus ilustram bem essa tensão:

**Imagem 1:** Campanha do Ministério da Saúde



Fonte: Ministério...(2021)

**Imagem 2:** Campanha do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2021)

Apesar de veiculadas predominantemente na internet e na TV, as campanhas possuem formatos semelhantes a um cartaz, com linguagem verbo-visual. O cartaz do Ministério da Saúde não é composto predominantemente de cores verde e amarela, não contém imagens e seu texto verbal revela-se bastante sucinto. Há um destaque para a modalidade do saber e uma operação de triagem que seleciona aqueles que deverão ser protegidos: o próprio sujeito e sua família. Observa-se um texto que corrobora o discurso e os valores do então presidente, seja no plano visual, com ênfase nas cores da bandeira do Brasil, remetendo ao patriotismo; seja no plano verbal, com a defesa da família.

A campanha do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo<sup>1</sup> é veiculada em um cartaz com bem mais informações que aquele do Ministério da Saúde. Em predomínio de cores azul e verde, há imagem de uma mulher, no canto inferior esquerdo, e do vírus, nos cantos superiores direito e esquerdo. Diferente do discurso do governo federal, o cartaz do TCESP acrescenta à modalidade do saber, o fazer, a necessidade da ação do indivíduo, clamando a adesão ao pacto social e valorizando o papel da medicina: #ficaemcasa; obedeça às recomendações das autoridades médicas. O percurso temático inclui medidas de proteção, como lavar as mãos e evitar deslocamento. Por outro lado, à semelhança do Ministério da Saúde, o texto verbal também seleciona aqueles que devem ser protegidos, a “família e amigos”. A última oração à esquerda do cartaz sintetiza bem o discurso: “Nossa responsabilidade é com quem amamos”. É interessante o uso do verbo *amar*, normalmente associado a um sentimento amplo e muito usado no discurso religioso, como o marco da linha de seleção. Não basta saber, é preciso agir (saiba o que você precisa saber e fazer), ser responsável, porém, apenas com quem *amamos*.

Mais uma vez, voltamos à visão de conjunto social e à questão da amplitude da responsabilidade. Quem amamos? Quem queremos/devemos proteger? Outras campanhas revelam novos aspectos:

**Imagem 3:** campanha da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.



**Fonte:** Secretaria da Saúde – RS (2021)

<sup>1</sup> Texto: “Sempre é hora de lembrar: fique em casa e obedeça as recomendações das autoridades médicas. Evite deslocamentos desnecessários. Mantenha as mãos limpas: lave com água e sabão e utilize álcool gel. Nossa responsabilidade é com quem amamos”.

**Imagem 4:** Campanha do projeto Totens Urbanos – Memorial Pró-Saúde



A terceira imagem faz parte de uma campanha de combate e prevenção ao coronavírus realizada pela Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul. Sob um fundo rosado, sem muita definição de borda nem divisões internas, o que traz um efeito de sentido de amplitude, a campanha do governo gaúcho apresenta visualmente a diversidade de superfície ao colocar mãos de cores distintas, fazendo menção às diferenças entre os indivíduos. O elemento verbal, entretanto, apela para a solidariedade e ajuda mútua - uma mão lava a outra. Mesmo sendo diferentes, todos devem se unir em prol da mesma causa – “Pense na saúde de todos”.

A última campanha selecionada para ser estudada é do projeto “Totens Urbanos – Memorial Pró-Saúde”, que instala totens com informações de prevenção à Covid-19 e homenagens às suas vítimas. Trata-se de um projeto apoiado pela prefeitura de São Paulo, cidade onde se encontram vinte totens instalados. Assim como o cartaz da Secretaria da Saúde gaúcha, o totem pró-saúde também apresenta um texto verbal curto em um fundo de cor única (no caso, azulado), sem divisões internas, construindo um efeito de sentido de amplitude. No caso, destaca-se a expressão todos nós, a qual surge duas vezes sublinhada. Em ambos os cartazes, a proposta é de inclusão, não se trata de selecionar o próprio eu, os amigos, a família, os amados. O valor é universal – todos. Porém, diferente do cartaz da Secretaria da Saúde, o projeto foca na indistinção entre o eu e o outro – é por mim, é por todos nós.

Observa-se, portanto, que apenas as duas últimas campanhas propõem a responsabilidade global tal como compreendida por Gros. Semioticamente, estas são da ordem da mistura. As campanhas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério da Saúde fazem um recorte da “globalidade”, ou seja, realizam operações de triagem, selecionando aqueles que devem ser protegidos. De modo resumido, se projetarmos um gráfico que representa o sistema de valores de acordo com a escolha dos sujeitos a serem protegidos, temos o seguinte formato:

**Gráfico 1:** Operações de triagem e mistura nas campanhas de prevenção à Covid-19



Fonte: elaboração própria.

O quadro ilustra o discurso das campanhas de prevenção, ou seja, aqueles que, de modo mais ou menos amplo, aderiram ao pacto social, incorporaram para si um *quantum* de responsabilidade. Da quarta para a primeira, temos um estreitamento do espectro de proteção do sujeito. Assim, tanto a campanha do projeto Totens Urbanos quanto aquela do governo gaúcho operam na universalidade, na mistura, o que condiz com a responsabilidade global. As demais campanhas realizam a triagem no espectro de proteção e, quanto maior essa triagem, quanto mais restrito for o grupo a ser protegido, mais próximo da irresponsabilidade, da negação da importância do acontecimento, o que é da ordem da intensidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, vale ressaltar que nossas conclusões dizem respeito à análise do discurso presente nas quatro campanhas de prevenção e combate à Covid-19 estudadas. Uma pesquisa mais ampla poderia trazer conclusões distintas. Este seria, no entanto, um outro trabalho. Acreditamos que o recorte aqui apresentado traz informações relevantes para a maior compreensão da visão de responsabilidade e de organização social presentes no Brasil ao longo de 2020.

Verifica-se que as quatro campanhas convocam à responsabilidade *absoluta*, uma vez que, ao pregarem a necessidade de proteção e combate à Covid-19, reconhecem o acontecimento e formulam uma narrativa de (re)ação que instaura o sujeito como responsável por fazer. Sobre a responsabilidade integral, sendo ela terminativa, é difícil verificar sua manifestação no discurso, mas entendemos que todo ato de responsabilidade do indivíduo, por mínimo que seja, será também *integral*. Desse modo, o que diferenciou os cartazes foram as responsabilidades *infinita* e *global*.

As campanhas do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio de operações de triagem, remetem apenas aos próximos, sem mencionar os mais frágeis, ou seja, não há menção à responsabilidade *infinita*. De modo semelhante, quando se escolhe aqueles que devem ser protegidos, deixa-se os demais de lado, e, assim, também não há responsabilidade *global*.

As campanhas da Secretaria da Saúde do governo gaúcho e do projeto Totens Urbanos, por sua vez, enfatizam a responsabilidade global: “pense na saúde de todos”/“é por mim, é por todos nós”, não fazendo distinção em relação aos mais frágeis.

As falas do presidente e dos indivíduos que não aderem ao pacto social de prevenção e combate à Covid-19 negam a relevância do acontecimento e não estão nem na responsabilidade *absoluta*. Encontram-se, portanto, no modo da *irresponsabilidade*.

De acordo com Gros, normalmente é considerado responsável obedecer. Seguindo as regras, as leis, contribui-se para o bom funcionamento social. Todavia, muitas vezes a obediência desresponsabiliza, pois coloca o fardo sobre o outro: “apenas cumpro ordens”. No contexto em que o presidente estimula a inação diante da pandemia da Covid-19, obedecer à autoridade máxima do país torna-se irresponsável. Observa-se, assim, que obedecer ou insurgir é uma questão complexa quando deixamos de olhar apenas para nós e passamos a pensar no conjunto social.

Este artigo se encerra aqui mas a pandemia continua e a pergunta segue reverberando em todos nós: e daí?

#### REFERÊNCIAS

FIORIN, J.L. *Elementos de análise do discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FONTANILLE, J; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

GREIMAS, A.J; COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GROS, F. *Desobedecer*. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Campanha de prevenção contra o coronavírus. Cartaz, Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/coronavirus/downloads/digitais/coverfacebook.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SECRETARIA DA SAÚDE – RS. Campanha de prevenção ao coronavírus. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/campanha-de-prevencao-ao-coronavirus>. Acesso em: 18 ago. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Painel de Informações Coronavírus. Material de Campanha. Cartaz: #ficaemcasa. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/portal/Cartaz-%20Coronavirus-Ficaemcasa.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.



Recebido em 11/01/2021. Aceito em 26/04/2021.